

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 763 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 1998

## Começa hoje Seminário de Comunicação Legislativa

A apresentação das experiências realizadas nos diversos legislativos do país é o objetivo do I Seminário de Comunicação Legislativa, que o Senado realiza de hoje até quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella. São esperados cerca de 200 profissionais da área de comunicação dos parlamentos brasileiros, além de assessores de órgãos dos poderes Executivo e Judiciário.

PÁGINA 3

A MP da previdência pública, que será discutida pelo Congresso, fixa limite para a contribuição dos governos à aposentadoria dos servidores



## Congresso vota na quarta MP que aumenta a Cofins de 2% para 3%

Sessão tem na pauta cinco medidas provisórias, entre elas a que fixa critérios de funcionamento da previdência social dos servidores

### 1 CI Emendas ao Orçamento em discussão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura reúne-se amanhã, às 10h, para discutir as emendas coletivas da comissão ao Orçamento da União para 1999. Na quarta, serão votadas cinco emendas (uma por região) que serão encaminhadas à apreciação da Comissão Mista de Orçamento.

### 2 CCJ Participação estrangeira na saúde

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se na quarta-feira, a partir das 10h, e discute propostas de emenda à Constituição, como a que permite a participação de capital estrangeiro na área de planos de saúde, de autoria do senador Jefferson Péres.

### 3 ORÇAMENTO Ministro vem falar sobre proposta

O ministro do Planejamento, Paulo Paiva, comparecerá amanhã à Comissão Mista de Orçamento para prestar esclarecimentos sobre a proposta orçamentária para 1999. A reunião da comissão, presidida pelo deputado Lael Varella, será realizada às 14h30 no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

### 4 CE Educação Ambiental será votada

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola, reúne-se amanhã, a partir das 14h30, para discutir projetos que instituem a Política Nacional de Educação Ambiental, tratam de estágios para estudantes e disciplinam a distribuição do salário-educação e a concessão do crédito educativo.



Para Emília, turismo pode ser a grande saída econômica para o país

## Emília pede esforço conjunto pelo turismo

O turismo pode ser uma fonte de emprego e riqueza no Brasil, que tem potencial para se tornar um pólo internacional. É o que defende a senadora Emília Fernandes, que pediu ação conjunta do governo e da iniciativa privada para incrementar a atividade turística.

PÁGINA 4

Sessão conjunta do Congresso Nacional, marcada para as 14h30 da próxima quarta-feira, discutirá e votará cinco medidas provisórias editadas pelo presidente da República, duas delas relacionadas com o ajuste fiscal. Uma das MPs aumenta de 2% para 3% a alíquota da Cofins, cobrada sobre toda a receita auferida pelas empresas.

Uma outra MP detalha como funcionará o sistema de previdência dos servidores públicos. Prevê, inclusive, que os governos poderão contribuir com os chamados "fundos de pensão" na proporção máxima de 2 reais para cada real depositado pelos empregados.

No plenário do Senado, a sessão de hoje não é deliberativa, mas, amanhã, os senadores discutem e votam a proposta de emenda constitucional fixando em cinco anos o prazo de prescrição das ações trabalhistas rurais.

PÁGINA 3



## Maldaner quer apoiar fitoterapia

O senador Casildo Maldaner quer ver o governo estimular a produção de remédios à base de plantas medicinais brasileiras.

PÁGINA 2

## Antonio Carlos Valadares considera inconstitucional aumento da CPMF

“A proposta do governo de aumentar de 0,20% para 0,38% a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é inconstitucional”, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele admitiu, porém, ser a força do governo suficientemente grande no Congresso para obter a aprovação da medida assim mesmo, deixando à oposição apenas o recurso de apresentar emendas.

Para Valadares, o artigo 74 das Disposições Transitórias da Constituição é bastante claro ao determinar que a alíquota da CPMF não poderá exceder a 0,25%. “Se o governo quiser alterar esse dispositivo, terá que apresentar nova proposta de emenda à Constituição, e não simplesmente aproveitar uma PEC em tramitação, prorrogando o prazo de vigência da contribuição, para aumentar sua alíquota”, alertou.

O senador explicou que a “manobra contorcionista” do governo visa ganhar tempo de tramitação legislativa, além de permitir que a cobrança da CPMF possa ser imediata, sem esperar os três meses de prazo obrigatório no caso de nova emenda constitucional. “Se o governo tivesse gasto menos capital político na ree-



Valadares: empresas e pessoas devem descontar no IR aumento da CPMF

leição, teria obtido uma fórmula menos danosa de angariar recursos para a saúde”, disse.

Segundo Valadares, a oposição se verá limitada a apresentar uma emenda à CPMF permitindo que ela possa ser descontada no Imposto de Renda (IR) pago por pessoas físicas e jurídicas. “Esse aumento de alíquota ficará menos pesado para as empresas, impedindo que demitam tantos funcionários e que ele pese tanto nas exportações”, avaliou.

Em aparte, o senador Bello Parga (PFL-MA) aprovou a idéia da emenda, mas preocupou-se com a queda da arrecadação. Valadares disse não acreditar que ela ocorrerá.

## Maldaner pede mais apoio para medicamento fitoterápico

Segundo senador, além de mais eficientes, remédios à base de plantas custam 56% mais baratos, se comparados com os convencionais

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ocupou a tribuna do Senado, na manhã de sexta-feira, para fazer um apelo ao governo federal no sentido de “desenvolver programas específicos de incentivo à produção comercial de remédios elaborados à base de plantas brasileiras, como alternativa para o barateamento do custo, melhoria da qualidade e valorização da matéria-prima”. Ele lembrou que a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) atesta a importância da fitoterapia em seu programa “Saúde para Todos no Ano 2000”.

A OMS estima, revelou o senador, que 80% da população mundial, de algum modo, “usa plantas como medicamentos, sendo utilizadas cerca de 25 mil espécies vegetais na medicina tradicional”. O Brasil, por sua vez, é um dos quatro países que apresentam maior biodiversidade em todo o mundo, sendo o primeiro em número total de espécies. As estatísticas da Organização Mundial de Saúde indicam que o país é o quarto



Casildo Maldaner: Brasil é um dos quatro países com maior biodiversidade no mundo

maior consumidor de medicamentos do planeta, só perdendo para os Estados Unidos, França e Alemanha.

Segundo o senador, além de mais eficientes, pesquisas demonstram que os remédios fitoterápicos custam 56% mais baratos, se comparados com os medicamentos convencionais. Ele lamenta que o governo federal não venha dando “a devida atenção às possibilidades econômicas da industrializa-

ção de medicamentos fitoterápicos”. O senador observa que a consequência é o pagamento de altos custos pelo uso de remédios produzidos por indústrias estrangeiras, a partir do processamento de matérias-primas extraídas das plantas brasileiras.

Casildo Maldaner cita o caso da espinheira-santa como exemplar.

– O Japão patenteou propriedades ativas da planta para o combate à dor no tratamento de câncer e como anti-inflamatório para o combate a úlceras e lesões do estômago. A planta é tipicamente brasileira, suas duas espécies conhecidas só se desenvolvem por aqui. Os japoneses terão de comprar matéria-prima no Brasil, mas o registro da patente dificulta a liberação de recursos para a pesquisa de novos medicamentos a partir do princípio ativo – afirmou.

Maldaner renovou apelo ao governo para implantar uma política de valorização dos medicamentos fitoterápicos.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Judô  
8h30 - Jornal do Senado  
9h30 - Entrevista - O senador Eduardo Suplicy fala sobre os debates nas eleições  
9h55 - Senado em Pauta  
10h - Especial/Seminário - Visões do Mundo Contemporâneo - Com o presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães, o senador Josaphat Marinho, o deputado Franco Montoro, o consultor legislativo Antônio José Barbosa e a consultora legislativa Maria Cláudia Drummond  
12h55 - Senado em Pauta  
13h30 - Cidadania - Debate sobre o ensino especial no Brasil  
19h - Palestra - Reforma Constitucional e Administrativa. Palestrantes: senador Josaphat Marinho, deputado Antônio Kandir, ministro Nelson Jobim (do STJ), entre outros  
21h - Jornal do Senado

22h - Sessão Plenária (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens e o programa “Fala Cidadão”.

#### RÁDIO SENADO HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - “A Voz do Brasil”  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”  
Em seguida - Música e informação  
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida - Música e informação  
0h - Reprise da Sessão Plenária  
Em seguida - Música e informação

## Patrocínio quer Forças Armadas no combate à violência

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) sugeriu sexta-feira que se convide o ministro do Exército, general Zenildo Lucena, ou o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Benedito Onofre Bezerra Leonel, para discutir no Senado a participação das três Armas na defesa da segurança interna do Brasil.

Apesar das proibições constantes dos artigos 34 e 136 da Constituição federal, o parlamentar citou experiências bem-sucedidas de utilização das Forças Armadas no apoio à segurança pública. Há quatro anos, um convênio entre o Exército e o governo do Rio de Janeiro resultou na chamada “Operação Rio”. Segundo o senador, essa operação, embora suscitasse dúvidas quanto a sua constitucionalidade, recebeu a aprovação de renomados juristas como sendo “a melhor medida para conter a criminalidade no Rio de Janeiro”.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (a Eco-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, também foi destaca-

da pelo senador. Ele lembrou que o Exército garantiu a segurança nas ruas do Rio, o que motivou elogios ao país por parte de inúmeros chefes de Estado. Outra iniciativa citada por Patrocínio foi a operação conjunta entre o Exército e a Polícia Federal para conter a violência no campo.

O senador disse considerar extremamente sensatas a decisão do presidente de não permitir que as Forças Armadas participem do combate ao narcotráfico e a opinião de oficiais do alto escalão de que é uma irresponsabilidade utilizar soldados de 18 anos nesse tipo de ação. Para Patrocínio, restam, então, três aspectos a serem abordados.

Em primeiro lugar, lembrou que o engajamento na tropa – que passou de quatro para seis anos – permite a preparação do jovem para esse combate. Outro ponto levantado foi a perturbação da ordem pública, que aumentou a insegurança e prejudicou a imagem do país no exterior, com reflexos nefastos ao turismo. Completou a lista de problemas com o desemprego, que



Patrocínio afirma que violência prejudica imagem do país no exterior e afugenta turistas

aumenta os índices de violência, principalmente a urbana.

– Hoje em dia, tanto o lavrador nas lides do campo quanto o trabalhador urbano usuário dos transportes coletivos sentem-se expostos à constante ansiedade causada pelo medo de um assalto – observou.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que as Forças Armadas devem ajudar no desenvolvimento nacional, principalmente no que se refere à interiorização do país.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clávis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Congresso retoma exame de MPs na quarta

Entre as medidas em pauta, estão a que eleva de 2% para 3% a alíquota da Cofins e a que detalha como devem ser os sistemas de previdência social dos servidores públicos



O plenário do Congresso, que votou quatro medidas provisórias na semana passada, tem na pauta esta semana mais cinco MPs



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 1998

### PLENÁRIO

Segunda-feira (16.11.98)  
14h30 - Sessão não deliberativa

### PREVISÃO DA SEMANA

- Terça-feira (17.11.98)  
14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: segundo dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC n° 15/98, que trata do total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal; \*Projeto de Resolução n° 100/98, que autoriza o estado do Maranhão a contratar operação de abertura de crédito, no valor de US\$ 275 milhões; e \*Requerimento n° 349/98, solicitando a inclusão em ata de um voto de louvor ao cardeal d. Paulo Evaristo Arns
- Quarta-feira (18.11.98)  
10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PEC n° 64/95, que trata do prazo prescricional das ações trabalhistas; terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC n° 15/98, que trata do total da despesa com o funcionamento das câmaras municipais; primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC n° 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos para o SUS; e \*Projeto de Resolução n° 164/97, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo, junto ao Bird, no de US\$ 45 milhões
- 14h30 - Sessão Conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: \*MP 1.723, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes de previdência dos servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos militares dos estados e do DF; \*MP 1.724, que altera a Cofins; \*MP 1.663, que dispõe sobre a utilização de títulos da dívida pública na quitação de débitos com o INSS; \*MP 1.599, que dispõe sobre a organização de assistência social; \*MP 1.604, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional; e \*MP 1.676, que dispõe sobre o PIS-Pasep
- Quinta-feira (19.11.98)  
14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC n° 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos para o SUS
- Sexta-feira (20.11.98)  
9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

- Terça-feira (17.11.98)  
10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Requerimento n° 21/CAE/98, solicitando ao Banco Central do Brasil a posição do endividamento da prefeitura de Guarulhos (SP); e \*PLC n° 76/95, que trata das prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*
- 10h - Comissão de Infra-Estrutura  
Pauta: Discussão das emendas coletivas da comissão ao Orçamento da União para o ano de 1999. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 13*
- 14h30 - Comissão de Educação  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLC n° 12/97, que trata dos estágios de estudantes; \*PLC n° 61/97, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; e \*PLS n° 110/95, que cria nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens serviço de atendimento ao público. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 15*
- 14h30 - Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: Reunião de Audiência Pública com a presença do ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Paulo Paiva, para esclarecimentos acerca da proposta orçamentária para o ano de 1999. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*
- 17h - Comissão Especial destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no país. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 13*
- 17h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Reunião extraordinária para apresentação e deliberação das emendas da comissão ao Orçamento da União, de 1999. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 9*
- 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Mensagens n°s 241, 242 e 243, que submetem à apreciação do Senado indicações de embaixadores; e \*PDL n° 21, que aprova o texto da convenção para prevenir e punir os atos de terrorismo. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 7*

O Congresso Nacional voltará a se reunir nesta quarta-feira, às 14h30m, para discutir e votar cinco medidas provisórias, duas delas integrantes do programa de ajuste fiscal anunciado pelo presidente da República. Na última quarta-feira, o Congresso aprovou quatro medidas provisórias, também ligadas ao ajuste fiscal e equilíbrio de contas da Previdência Social.

Uma das MPs em votação na quarta, de número 1.724, aumenta a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 2% para 3% sobre todas as receitas auferidas pelas empresas. Além disso, pela primeira vez as instituições financeiras estarão pagando a contribuição.

A segunda medida provisória, de número 1.723, também integrante do programa de ajuste, detalha como devem ser os sistemas de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados e dos municípios, previstos na reforma da Previdência (que deve entrar em vigor nos próximos dias).

Três outras MPs que serão discutidas nesta quarta-feira também tratam de previdência social e estão em vigor há vários meses. Uma delas, a 1.663-15, detalha como o INSS pode receber Títulos da Dívida Agrária emitidos pela União quando o Incra desapropriar fazendas de empresas que devem à Previdência Social. Outra, de número 1.599-50, regulamenta o Benefício de Prestação Continuada devido aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência.

A quarta medida provisória (n° 1.676-38) trata das contribuições das empresas para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), inclusive determinando que as normas serão idênticas tanto para estatais quanto para empresas privadas.

Por fim, a quinta MP (n° 1.604-38) dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional, regulando pontos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do setor.

## Senado aprecia prescrição de direitos do trabalhador rural

O plenário do Senado vota na quarta-feira a proposta de emenda constitucional que iguala em cinco anos o prazo prescricional para ações trabalhistas impetradas por trabalhadores urbanos e rurais. O texto atual estabelece prescrição de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato do trabalhador urbano. Para o empregado rural, o único prazo é o de dois anos após a extinção do contrato. O autor da proposta, senador Osmar Dias (PSDB-PR), quer prazo idêntico para trabalhadores rurais e urbanos.

Ainda nesta semana, o plenário conclui o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional, do senador Esperidião Amin (PPB-SC),

que limita os gastos das câmaras municipais. A matéria foi aprovada em primeiro turno no Senado.

Outra proposta de emenda constitucional em discussão nesta semana é a que determina a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Pela proposta, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), os estados terão de destinar no mínimo 12% de suas receitas totais aos hospitais que atendem pelo SUS, enquanto o percentual para os municípios será de 10%. Já a União ficará obrigada a empregar no sistema pelo menos 30% das receitas de contribuições sociais do orçamento da Seguridade Social.

## CAE votará pauta de dez itens amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), examinará amanhã, às 10h, uma pauta de dez itens. Entre eles estão requerimentos, projetos de resolução e pareceres do Banco Central sobre operações de interesse dos estados.

Um dos requerimentos, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), solicita ao Banco Central a posição de endividamento da prefeitura de Guarulhos (SP).

Está em pauta também emenda do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) a projeto que autoriza a prefeitura de Teresina (PI) a contratar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$ 18,4 milhões.

## CAS discute suas emendas ao Orçamento

Sob a presidência do senador Ademir Andrade (PSB-PA), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se extraordinariamente amanhã, às 17h, para deliberar sobre as emendas que deseja apresentar ao Orçamento da União para 1999. Cada comissão tem o direito de apresentar cinco emendas, em seu campo de atribuições.

Na quarta-feira, a CAS volta a se reunir, para apreciar uma pauta de 13 itens, entre eles o que exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas. Relator da matéria, o senador Romero Jucá (PFL-RR) tem parecer pela rejeição do projeto.

## CRE analisa indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprecia amanhã três indicações do Executivo para chefias de missões diplomáticas brasileiras. Serão analisados pelos senadores os nomes de Sebastião do Rego Barros, para a embaixada na Argentina; Sérgio de Queiroz Duarte, para a Áustria; e Afonso Celso de Ouro-Preto, para a China. As indicações serão apreciadas em sessão secreta.

Além disso, a CRE, presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), analisa tratados de cooperação do Brasil com a República Tcheca, Hungria, Alemanha e Argentina, entre outras nações. São acordos nas áreas de educação, cultura, turismo, comércio, transportes e direitos humanos.

## Senado debate comunicação legislativa

A troca de informações a respeito da divulgação nos vários níveis do Poder Legislativo, com a apresentação das experiências realizadas no Senado Federal, assembleias estaduais e câmaras municipais é o objetivo do I Seminário de Comunicação Legislativa, que o Senado realiza de hoje até quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella. São esperados cerca de 200 profissionais da área de comunicação dos parlamentos brasileiros, além de assessores de órgãos do Executivo e do Judiciário.

O diretor da Coordenação de Relações Públicas do Senado, Vinicius Becker, lembra que já há em diversos legislativos espalhados pelo país experiências interessantes de divulgação do trabalho parlamentar.

– Procuramos inserir no evento algumas dessas iniciativas. O seminário é uma forma de estabelecer uma linha de diálogo entre as diversas casas legislativas e aprender com as experiências inovadoras – considera Vinicius Becker.

## Mercosul define pauta de reunião com europeus

A Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), definiu na quinta-feira, em sua XII Reunião Plenária, a pauta do encontro que terá com representantes da União Européia, nos dias 24 e 25 em Bruxelas. A pauta prevê palestras de representantes dos países do Mercosul e da União Européia.

A CPCM, que analisa e debate recomendações que são posteriormente encaminhadas aos presidentes dos países membros do Mercosul, reuniu-se na quinta e na sexta-feira, em Campo Grande.

# Emília Fernandes defende incentivo ao turismo

Senadora diz que governo e iniciativa privada devem investir no setor para criar empregos, aumentar a geração de renda nacional e até para captar recursos que ajudem a cobrir o déficit cambial do país

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) defendeu sexta-feira uma ação conjunta entre o governo federal e a iniciativa privada para incrementar a atividade turística no país. O setor, segundo a senadora, pode ser uma fonte de emprego e riqueza no país, que tem potencial para se tornar um pólo de turismo internacional.

– O Brasil é privilegiado pela natureza e deveria investir no turismo para combater o fantasma do desemprego, principalmente num momento de crise e dificuldades na economia – disse.

De acordo com a senadora, o turismo empregou, em 1996, 265 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, representou, em 1994, 5 milhões de postos de trabalho em várias regiões. Ela lembrou que, para incrementar o turismo, é necessário dotar de infra-estrutura as cidades com potencial para desenvolver o setor, aumentar os locais de lazer e promover campanhas educativas e de divulgação.

Emília acrescentou que o turismo tem sido o grande captador de divisas em várias nações e pode representar a saída para combater inclusive o déficit cambial.

Segundo levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe) citado pela senadora, dos 6 mil municípios brasileiros, 1.650 são considerados pólos preferenciais para o turismo. No Rio Grande do Sul, 222 municípios têm potencial turístico pela diversidade geográfica – praias, serras e zona rural, informou Emília.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou o pronunciamento da senadora, observando que o turismo realmente pode ser um grande gerador de riqueza e emprego. Lobão acrescentou que o setor ganhará mais força no país se forem legalizados os



Emília cobra infra-estrutura nas cidades com potencial turístico

cassinos. Ele disse que só Las Vegas (EUA) – onde a atividade dos cassinos é grande – recebe 30 milhões de turistas por ano, enquanto o Brasil fica com apenas 3 milhões de turistas anualmente. O senador lembrou também que atualmente existem cassinos legalizados em mais de 100 países.

Lobão admitiu que o assunto dos cassinos é polêmico, mas considera uma reação “hipócrita” a condenação dos jogos de azar no Brasil, onde já funcionam cassinos ilegais e vários tipos de jogos clandestinos. A legalização dos cassinos, argumentou, iria colocá-los sob o controle do Estado, gerando empregos e riquezas para o país.

A senadora citou uma entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso onde ele garante que vai incentivar o turismo no seu segundo mandato. O presidente diz que tem planos para investir R\$ 5 bilhões no setor até o ano 2000 e que deseja aumentar a receita gerada por essa atividade para US\$ 4,9 bilhões ao ano, quando deverão ser incorporados 30 milhões de consumidores ao mercado turístico brasileiro. “Queremos que esse compromisso não fique apenas no papel”, disse Emília.

## Debate sobre as vítimas do ajuste

Num debate paralelo sobre a situação dos servidores públicos, Emília Fernandes disse que eles são os mais prejudicados pelas propostas para o combate ao déficit fiscal.

Já Edison Lobão, embora reconhecendo que as medidas são duras, lembrou que elas fazem parte de um conjunto de metas para ajudar a resolver a crise na economia do país.

Lobão ressaltou que o ajuste fiscal não tem como objetivo prejudicar os servidores, e é “extremamente necessário para resolver graves problemas do país”. O senador acrescentou que ele atinge toda a população.

Para Emília, realmente não são apenas os servidores públicos que estão sendo prejudicados, mas todo

o país. Mesmo assim, ela discorda das medidas propostas pelo governo no combate ao déficit público, principalmente a cobrança de alíquotas dos servidores aposentados, proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso para cobrir as contas da Previdência Social.

– Deveríamos encontrar outras fórmulas para resolver a questão da Previdência, como combater a sonegação e o desvio de recursos e fazer com que o mercado informal contribua com o INSS. Todo o povo está sendo prejudicado, mas os servidores públicos são os que mais sofrem, pois em 1999 vão entrar no quinto ano sem reajuste e ainda pagarão o aumento da CPMF – afirmou a senadora gaúcha.

## Hollanda propõe adição de álcool ao óleo diesel

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu a realização, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, dos testes de adição de 3% de álcool ao óleo diesel consumido pelos ônibus nas cidades de São Paulo e Curitiba. Ele comentou que a medida reduzirá a emissão de gás carbônico e diminuirá os gastos com a importação de óleo diesel.

– Com a adição do álcool, o Brasil economizaria até US\$ 1,5 milhão por dia com a importação de diesel. E isso seria um estímulo ao setor sucroalcooleiro, no momento em que estamos com mais de 2 bilhões de litros de álcool estocados, gerando desemprego na indústria e no setor agrícola – argumentou Joel de Hollanda.

De acordo com o senador, os testes já realizados no Brasil mostraram que a utilização de 3% de álcool ao óleo diesel não implicaria a necessidade de ajuste nos motores nem traria prejuízos aos veículos. Ele informou que essa mesma mistura já é utilizada hoje na Suécia, Ale-

manha, Austrália e Estados Unidos.

Joel de Hollanda alertou que as destilarias de todo o país estão deixando de comprar matéria-prima porque não têm mais onde estocar o álcool que está sendo produzido, o que termina por gerar desemprego tanto na zona rural como nas unidades industriais. Ele observou que os testes nas duas cidades durante um período de 30 dias servirão para detectar eventuais problemas que possam ocorrer.

Um projeto aprovado este ano pelo Congresso foi citado por Joel de Hollanda como uma colaboração importante para a reestruturação do programa nacional de álcool. Ele referiu-se à lei que estabeleceu o prazo de cinco anos para que o governo federal substitua sua frota de veículos leves por automóveis movidos a álcool. O senador revelou que a mesma medida foi adotada pelos governadores de São Paulo, Mário Covas, e do Paraná, Jaime Lerner.

– O bom seria que outros estados,



Joel de Hollanda afirma que a adição pode trazer grande economia ao país

sobretudo aqueles em que se localizam as destilarias de álcool, também adotassem a mesma providência de utilizar nas suas frotas somente veículos movidos a álcool – sugeriu o senador por Pernambuco.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) citou o Proálcool como uma das melhores iniciativas já tomadas no Brasil. O senador Romero Jucá (PFL-RR) apoiou o pronunciamento de Lobão, sugerindo que o governo tome iniciativas como o aumento do prazo de financiamento para veículos movidos a álcool e a redução de impostos desse tipo de automóvel.

## Valadares quer regras para divulgar pesquisas

“Os institutos de pesquisa agiram de má-fé e mudaram resultados eleitorais”, afirmou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao justificar sua proposta de emenda constitucional proibindo a divulgação de resultados de pesquisas nos 15 dias anteriores às eleições de primeiro turno e três dias antes do segundo turno. A desobediência a esses dispositivos configuraria crime, punível com multa e detenção.

– Os institutos divulgaram números fictícios e manipularam pesquisas, prejudicando frontalmente candidatos em estados como Sergipe, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. Não podemos aceitar que se substitua o voto pela pesquisa, uma vez que, no Brasil, o povo mais simples ainda vota no candidato cotado para ganhar – argumentou.

Para Valadares, a CPI proposta pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) para investigar os institutos vai demonstrar que eles erraram, às vezes, em mais de 50%. “Para dar um basta no poder fraudulento dos institutos, precisamos estabelecer um limite à sua liberdade de ‘desinformar’ a população”, disse.

## Júlio Campos sugere a revitalização do Proálcool

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu sexta-feira a revitalização do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Ele afirmou que a medida, além de trazer a curto prazo a economia de divisas e a geração de empregos para o país, livraria o Brasil de problemas que podem surgir no futuro com a escassez de petróleo.

– Se o Brasil não recuperar o Proálcool, poderemos em breve perder a liderança na produção do combustível e no desenvolvimento tecnológico dessa matriz energética – alertou Júlio Campos.

O Proálcool, lembrou, foi criado em 1975 com o objetivo de atenuar os efeitos da crise do petróleo. Os gastos com a importação do produto, que eram de US\$ 600 milhões anuais em 1973, passaram a US\$ 2 bilhões no ano seguinte, disse o senador. O programa previa a adição de álcool anidro à gasolina.

– A segunda crise do petróleo, em 1979, deu novo impulso ao Proálcool, resultando na utilização do álcool hidratado em substituição à gasolina. O Brasil tornou-se pioneiro no mundo na



Júlio Campos: proteção contra eventual escassez

criação de uma alternativa ao petróleo – relatou.

Júlio Campos afirmou que, a partir de 1986, com a queda nos preços do petróleo, o governo começou a perder interesse pelo Programa Nacional do Álcool. Ele disse que os subsídios que tornaram os veículos movidos a álcool competitivos com os carros a gasolina também começaram a ser reduzidos, o que terminou por levar o Proálcool à decadência.

Na opinião de Júlio Campos, o uso do álcool como fonte de combustível, além de trazer vantagens ambientais e proporcionar uma menor dependência dos países exportadores de petróleo, gera emprego e renda e contribui para o aperfeiçoamento de uma tecnologia que é nacional.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que, enquanto os Estados Unidos procuram avançar e investem na busca de combustíveis alternativos, o Brasil desestimula a utilização do álcool. O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) destacou o impacto social da eventual revitalização do Proálcool, principalmente na geração de empregos.